



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



CULTURA  
ACADÊMICA  
*Editora*

# Contradispositivos Rizomáticos para Inquietar a Organização do Conhecimento: Uma Tentativa Decolonial

Rodrigo de Sales  
Dirnèle Carneiro Garcez

**Como citar:** SALES, Rodrigo de; GARCEZ, Dirnèle Carneiro. Contradispositivos Rizomáticos para Inquietar a Organização do Conhecimento: Uma Tentativa Decolonial *In*: ALMEIDA, Carlos Cândido de; SAN SEGUNDO, Rosa; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.337-366. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1.p337-366>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

12

**CONTRADISPOSITIVOS  
RIZOMÁTICOS PARA INQUIETAR  
A ORGANIZAÇÃO DO  
CONHECIMENTO: UMA TENTATIVA  
DECOLONIAL**

*RHIZOMATIC COUNTERDEVICES TO  
SHAKE KNOWLEDGE ORGANIZATION:  
A DECOLONIAL ATTEMPT*

*Rodrigo de SALES*

*Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC*

*Dirnèle Carneiro GARCEZ*

*Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC*

**Resumo:** Este ensaio se sustenta no desejo de proporcionar caminhos decoloniais no âmbito instrumental da Organização do Conhecimento. O objetivo principal é especular possibilidades de se construir contradispositivos como alternativa decolonial para a Organização do Conhecimento, com vistas à abordagem rizomática. Para tanto, desenhou-se algumas aproximações entre o conceito de dispositivo, de Foucault e Agamben, o conceito de decolonialidade, de pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos, a ideia de abordagem intercultural, de Natalia Duque Cardona, e a perspectiva rizomática de Deleuze e Guattari. Infere-se, como resultado, o fato de que ao se desvencilhar das amarras ordenadoras e preestabelecidas que operam para a colonialidade, abre-se espaço para um devir intempestivo que pode interferir nos instrumentos que organizam conhecimentos, de forma a resistir ao próprio processo colonizador.

**Palavras-chave:** rizomas; decolonialidade; contradispositivo; sistemas de organização do conhecimento; violência epistêmica.

**Abstract:** This essay is based on the desire to provide decolonial paths in the instrumental scope of knowledge organization. The main objective is to speculate possibilities of building counter-dispositifs as a decolonial alternative for knowledge organization aiming at a rhizomatic approach. Therefore, some relations were proposed between the concept of dispositif, of Foucault and Agamben, the concept of decoloniality, of some Latin American researchers, the idea of an intercultural approach, by Natalia Duque Cardona, and the rhizomatic perspective of Deleuze and Guattari. It is inferred, as a result, that when freeing itself from the ordering and pre-established ties that operate towards coloniality, roomed is made for a sudden becoming that can interfere with the instruments that organize knowledge in order to resist the colonizing process itself.

**Keywords:** rhizomes; decoloniality; counter-dispositif; knowledge organization systems; epistemic violence.

## **1 INTRODUÇÃO**

No campo da Organização do Conhecimento, a representação de assuntos e de domínios de conhecimento ganha forma por meio da construção de instrumentos sistemáticos chamados de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). É possível afirmar que tais instrumentos operam como dispositivos estratégicos que, se por um lado, auxiliam eficientemente o processo de recuperação de informações; por outro, são capazes de nos capturar de tal forma que, voluntariamente ou não, acabamos reproduzindo pensamentos vindos de culturas hegemônicas e, por consequência, consolidamos a colonização do saber e a violência epistêmica.

A construção deste ensaio se fundamenta na ideia de que ao ‘profanarmos’ (no sentido dado por Giorgio Agamben) dispositivos vigentes, temos chances de abrir espaço para a criação de contradispositivos que, no mínimo, poderão perturbar ou confundir o processo colonizador ainda presente na Organização do Conhecimento. Assim, a questão que nos orienta nesta especulação teórica é: será possível construir contradispositivos como alternativa decolonial para a Organização do Conhecimento?

Do ponto de vista da abordagem teórico-metodológica, este texto está respaldado por reflexões teóricas e produções científicas de pessoas indígenas, negras e de outros grupos étnico-raciais, assim como por ideias de filósofos europeus ligados ao pós-estruturalismo. O objetivo principal é especular possibilidades de se construir contradispositivos como alternativa decolonial para a Organização do Conhecimento, com vistas à abordagem rizomática definida por Deleuze e Guattari. Para tanto, traçamos algumas aproximações entre o conceito de dispositivo, de Foucault e Agamben, o conceito de decolonialidade, de pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos, a ideia de abordagem intercultural, de Natalia Duque Cardona, e a perspectiva rizomática de Deleuze e Guattari.

No que se refere à estrutura do ensaio, o texto está composto por uma seção destinada à urgência da decolonialidade para enfrentarmos a violência epistêmica; uma seção dedicada à criticar os sistemas de Organização do

Conhecimento, que operam como dispositivos potencialmente coloniais; ainda, uma seção que propõe a abordagem rizomática como alternativa para a construção de contradispositivos decoloniais no âmbito instrumental da Organização do Conhecimento e; seções relativas às conclusões e às referências bibliográficas.

## **2 UM POUCO SOBRE A DECOLONIALIDADE: UMA URGÊNCIA**

A decolonialidade surgiu no instante em que o colonizado interveio e se opôs às pretensões de seus colonizadores (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016). E, desde então, interlocuções têm sido realizadas por meio de abordagens contra as perspectivas hegemônicas no conhecimento. Os estudos decoloniais partem de pensamentos de grupos colocados em lugares de opressão e de sub-representação, como mulheres, grupos étnico-raciais e povos originários de populações que estão à margem da sociedade, como é o caso dos de origem latina, indígenas, entre outros.

A decolonialidade tem sido debatida em estudos de diversas áreas do conhecimento, dentre elas as Ciências Sociais, a Geopolítica, o Direito e áreas afins. Isso demarca o percurso de uma (re)existência epistêmica (Passos, 2019) presente em textos que objetivam estabelecer diálogos entre os atores sociais como no caso de negros, de indígenas, de ameríndios e outros. Entretanto, muitos dos discursos que se propõem decoloniais estão atribuindo relações entre os sujeitos que foram marginalizados colocando-os no lugar do outro quando abordam a produção de conhecimentos, o que torna então uma recolonização do conhecimento elaborado, em que tais perspectivas são fundamentadas em “[...] um multiculturalismo teórico, racializado e que exotiza estes corpos” (Silva Viana; Moura, 2019, p. 4).

O antropólogo Gálvez González (2018) chamou a atenção para o fato de que o conhecimento hegemônico ocidental, em grande medida, constituiu-se por meio da construção estereotipada das diferenças culturais e/ou da cultura do outro. Segundo o autor, o conhecimento ociden-

tal “[...] fosilizó lo ‘otro’ en una entidad ‘exótica’ radicalmente diferente” (Gálvez González, 2018, p. 20). Essa polarização do *nós-eles* parece ser um componente ontológico estratégico que cumpre a missão de maquiagem uma construção histórico-colonial que fundamenta a separação das culturas e dos povos por meio das mais variadas distinções colonizadoras, civilizados-selvagens, civilizados-primitivos, civilizados-exóticos etc.

A distinção colonizadora pode ser entendida de forma ainda mais profunda quando vista aos olhos de alguns povos originários indígenas. Como nos alerta o pensador e ativista político indígena Ailton Krenak, a enganosa distinção se dá já na separação do humano com o planeta, desconectando a vida/natureza como um todo, promovendo, com isso, uma relação de dominação-exploração ao invés de uma vivência plena. Segundo Krenak (2020), optou-se pelas explorações e dominações desenfreadas ao invés da experiência de se estar ‘radicalmente vivo’, sob a compreensão de que todos os corpos estão relacionados a tudo que é vida na Terra. A herança grega, que em determinado momento da história ocidental resolveu entender o mundo como um mecanismo, e que este mecanismo poderia ser compreendido e dominado pela humanidade, decididamente é uma afronta aos pensadores dos povos originários.

[...] o desvio dos humanos em seu sentimento de pertencimento à totalidade da vida se deu quando descobriram que podiam se apropriar de uma técnica. Atuar sobre a terra, sobre a água, sobre o vento, sobre o fogo, até sobre as tempestades que antes interpretavam como sendo fruto de um poder sobrenatural. Nas tradições que eu compartilho, não existe poder sobrenatural. Todo poder é natural, e nós participamos dele. (Krenak, 2020, p. 56).

Entendemos que distinções pautadas em dominantes-dominados ou exploradores-explorados são componentes coloniais, que potencializam violências diversas, como é o caso da violência epistêmica. A socióloga Gaytán Zamudio (2018, p. 31), afirma que a violência pode ser exercida de diversas formas e “la mayoría de las veces se hace de forma imperceptible, no porque su fuerza sea menos destructiva, sino porque dicho ejercicio es

parte ya de nuestra cotidianidad”. Segundo a autora, a violência epistêmica faz parte de uma violência objetiva que opera tanto no processo de invisibilização e de exclusão de quem é oprimido, quanto na demasiada visibilização e afirmação de quem é opressor, dando vez, assim, a uma realidade condicionante de dominação colonial.

É importante frisar que a colonialidade já vem sendo criticada desde as décadas de 1960 e 1970, numa perspectiva anticapitalista limitadamente solidária aos chamados povos de “terceiro mundo”. Mas, segundo Gaytán Zamudio (2018), esse movimento não questionou o quadro epistemológico do próprio discurso, marcado ainda pela lógica eurocêntrica. Nesse sentido, a autora afirma ser hora de avançarmos a discussão e ultrapassarmos o estágio da denúncia (crítica aos dispositivos coloniais) para um estágio de criação de caminhos decoloniais.

O caminho de decolonialidade que pretendemos criar se situa em um espaço proposto pela pesquisadora colombiana Natalia Duque Cardona, chamado de paradigma intercultural. A construção de uma abordagem que dê conta da diversidade cultural produzida pela grande pluralidade de existências precisa, segundo Cardona (2020), ser concebida por meio do diálogo de saberes. Ainda, segundo a autora, isso implicaria em estarmos atentos aos diversos modos de produção de informação e aos diversos modos de construção do conhecimento, verificáveis a partir da relação dialógica dos saberes produzidos e disseminados pela pluralidade dos povos étnicos e dos grupos locais e regionais.

Trata-se, em última análise, de um esforço de construir uma abordagem que combata a lógica hegemônica de violências epistêmicas, como denunciada por Gaytán Zamudio (2018). No entanto, para evitar desajustes conceituais e não colidir com a ideia de paradigma cunhada por Thomas Kuhn, que serviu de base para a identificação dos paradigmas da Ciência da Informação de Rafael Capurro, preferimos não fazer uso do termo paradigma intercultural, como o fez Cardona, mas sim ‘abordagem intercultural’. Tal postura se explica pelo fato de que, para Kuhn (1997), os

paradigmas seriam uma espécie de arquétipos ou modelos de pensamentos e de resoluções de problemas identificáveis em determinado período da história da ciência. Nos parece que a ideia kuhniana de paradigma remete sempre ao reconhecimento do que já existiu enquanto modelo de fazeres científicos, assim, impossível de ser proposto *a priori*, mas sim identificado e analisado *a posteriori*.

Procuraremos ocupar esse espaço de interculturalidade para a construção de um possível caminho decolonial explorando, mesmo que provisoriamente, a ideia de que instrumentos de Organização do Conhecimento podem se tornar ‘contradispositivos’ se concebidos sob uma perspectiva rizomática. Em suma, abordaremos o conceito de “dispositivo” como aquilo que potencialmente coloniza e especularemos a ideia de “contradispositivo” como aquilo que pode decolonizar.

### **3 PERTURBANDO OS DISPOSITIVOS**

Embora seja um conceito de destaque na obra de Michel Foucault, não é tarefa muito fácil encontrar onde o autor explicitamente definiu o conceito de dispositivo. Mas é possível encontrar no livro *Microfísica do Poder*, no ensejo de uma entrevista concedida ao final da década de 1970, a afirmação mais direta que Foucault fez a respeito da definição de dispositivo:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (Foucault, 2010, p. 244).

O autor considerava que um dispositivo era “[...] um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Foucault, 2010, p. 244).



Agamben (2009), na tentativa de identificar onde Foucault teria se inspirado para criar e fazer uso deste termo técnico (dispositivo), esboçou uma genealogia filológica discorrendo a respeito de termos anteriormente usados como, por exemplo, *oikonomia*, que para os teólogos fazia referência ao cuidar ou administrar o local. O filósofo italiano fez referência também ao termo positividade (*positivité*), trabalhado por Jean Hippolite, que havia sido professor de Foucault. Tanto o termo positividade quanto ao termo *oikonomia*, segundo Agamben (2009), possuíam um sentido convergente que estaria presente no dispositivo foucaultiano, uma vez que todos os citados termos queriam estrategicamente governar a humanidade, queriam aquilo que Foucault costumava chamar de governabilidade.

Nessa empreita, Agamben parece ter sido mais meticuloso ao detalhar um pouco melhor a ideia de dispositivo, alargando, assim, o conceito de Foucault:

[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares [...] (Agamben, 2009, p. 40-41).

Para Agamben, existem de um lado os seres viventes (as coisas, as substâncias) e do outro, os dispositivos. Entre esses dois lados, existem os sujeitos. Assim, os sujeitos seriam o resultado da relação estabelecida entre as coisas e os dispositivos. Observa-se, aqui, o quão capturados, controlados e governados podemos estar, na concepção de Agamben, enquanto sujeitos. O processo de subjetivação, de tornar-se sujeito, passaria já pelas redes estabelecidas, pelas coisas e pelos dispositivos. Ao concordarmos com

Agamben, podemos chegar à preocupante constatação de que somos, enquanto sujeitos, frutos de articulações de dispositivos.

Uma vez que a captura parece ser a certeza, o próprio Agamben (2009, p. 44) nos apresenta o que podemos entender como uma possibilidade de libertação: “[...] a estratégia que devemos adotar no nosso corpo a corpo com os dispositivos não pode ser simples, já que se trata de liberar o que foi capturado e separado por meio dos dispositivos e restituí-lo a um possível uso comum”. Segundo o autor, os dispositivos consagraram o que precisamos profanar. Para as religiões e para o Direito Romano, tornar sagrado seria, de algum modo, tirar algo da esfera humana e passar para uma esfera divina. O que é sagrado não pertence ao indivíduo, não é de uso humano, aos deuses pertence. Profanar o que é sagrado seria restituir ao uso humano, deixar de pertencer ao divino e voltar a pertencer à humanidade. “A profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido” (Agamben, 2009, p. 45).

Nesse sentido, o que gostaríamos aqui de extrair de Foucault e de Agamben são alguns aspectos que nos permitam a construção de um argumento contradispositivo. De Foucault, pegaremos o fato de que um dispositivo é uma rede de elementos heterogêneos, discursivos ou não, que assumem uma função estratégica para responder a uma urgência. De Agamben, pegaremos a ampliação do conceito de dispositivo e sua ideia de profanação como libertação.

Buscando ‘profanar’ para tentar desestabilizar os dispositivos que sacralizam nossas ações, nossas falas, nossas instituições etc., nos alimentaremos de uma postura que de modo algum negará os dispositivos, mas que tentará superá-los pela intempestividade, pelas fissuras, por meio daquilo que pode os tornar mais porosos e menos poderosos.

Os dispositivos que queremos aqui profanar são os chamados Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Em outras palavras, queremos restituí-los ao uso comum para aproximá-los de realidades concretas.

Os SOC são, segundo Bräscher e Café (2010), instrumentos que representam dado domínio de conhecimento por meio da formalização sistemática de relações semânticas de conceitos. O termo *sistemas de organização do conhecimento* foi proposto no âmbito do *Networked Knowledge Organization Systems Working Group*, em 1998, e se refere ao conjunto de instrumentos voltados à organização e representação do conhecimento, tais como sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridade, taxonomias, vocabulários controlados, tesouros, mapas conceituais, redes semânticas e ontologias (Hodge, 2000). Cada um desses instrumentos possui formas distintas de representar o conhecimento.

Os sistemas de classificação, por exemplo, sistematizam classes de assuntos e de conceitos, enciclopédicos ou especializados, a fim de proporcionar a recuperação temática de documentos por meio de notações classificatórias (Foskett, 1973; Vickery, 1980). As listas de cabeçalhos de assunto, os vocabulários controlados e os tesouros, por sua vez, contribuem para a representação e para a recuperação de informações por meio do controle terminológico, em que os assuntos e os conceitos são representados em linguagem textual (Dodebei, 2002; Sales 2008). Cabe ressaltar que esses instrumentos de representação verbal se distinguem quanto ao nível de formalização de sua estrutura e de complexidade das relações conceituais possíveis (Brascher; Carlan, 2010).

Os tesouros, por exemplo, proporcionam relações semânticas que não são possíveis nas listas de cabeçalhos de assunto. Já as taxonomias, que se caracterizam pela hierarquização sistemática de conceitos, operam como instrumentos de navegação em plataformas digitais capazes de fornecer maior precisão para os sistemas de recuperação da informação (Campos; Gomes, 2008). As ontologias consistem em artefatos digitais que concedem especificações conceituais formalizadas para a representação de assuntos e conceitos de determinados domínios, pois lançam mão de algoritmos informáticos que viabilizam a operacionalização de regras de inferência (Sales; Café, 2009). Todos esses instrumentos, que compõem juntos o rol dos SOC, possuem o objetivo precípua de representar co-

nhcimentos para fins de recuperação da informação, por isso inserem-se naquilo que podemos chamar de perspectiva instrumental da Organização do Conhecimento.

Experimentar alternativas teóricas que transbordem as capacidades dos instrumentos já consolidados na área pode promover avanço no desenvolvimento instrumental da Organização do Conhecimento. Inúmeras são as abordagens que vêm, ao longo da história, subsidiando a estruturação dos SOC. A construção de sistemas de classificação, por exemplo, desde a segunda metade do século XIX, especialmente nos Estados Unidos e na Europa ocidental, vem se apoiando em perspectivas filosóficas de autores que acreditavam ser possível conceber uma classificação universal do conhecimento.

A dialética empirista concebida por Francis Bacon (no século XVII) e a dialética idealista/racionalista de Georg W. F. Hegel (alavancada em meados do século XIX), por exemplo, serviram de base para a elaboração de classificações bibliográficas repercutidas internacionalmente, tais como a Classificação de Livros de Harris (1870), a Classificação Decimal de Dewey (1876), a Classificação da Library of Congress (1901) e a Classificação Decimal Universal (1906) (Eaton, 1959; Leidecker, 1946; La Montaigne, 1961, Comaroni, 1976; Weigand 1996, 1998; Olson, 2001, 2011). Em suma, podemos afirmar que a Organização do Conhecimento concebida pelos sistemas de classificação vem, ao longo dos anos, reproduzindo perspectivas universalistas e idealistas, que correspondem a visões de mundos próprias do século XIX e do hemisfério norte.

A construção dos SOC, especialmente aqueles de representação verbal, como os tesouros e as ontologias, vem sendo amparada por abordagens advindas das mais variadas áreas: da Filosofia, como a Teoria do Conhecimento, a Teoria do Conceito e a Filosofia da Linguagem; da Linguística, como a Sociolinguística, a Gramática Funcional, a Socioterminologia, a Teoria Geral da Terminologia e a Teoria Comunicativa da Terminologia; da Classificação, como a Teoria da Classificação Facetada; e, mais recente-

mente, da Psicologia, como as Ciências Cognitivas. Ademais, uma vez que os SOC servem para representar o conhecimento e, conseqüentemente, aprimorar a organização da informação, é evidente que as áreas da informação, como a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Ciência da Informação tecem interfaces com todas essas áreas. Essa interdisciplinaridade pode ser observada em trabalhos como os de Campos (2001), Café (2003), Sales e Café (2009), Fujita *et al.* (2009), Gracioso e Saldanha (2011), entre outros. A viabilização tecnológica para a elaboração dos SOC se aproxima também de estudos vindos da Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Inteligência Artificial, Sistemas de Informação etc.

Entendemos que o desenvolvimento dos SOC, desde os tradicionais sistemas de classificação até as sofisticadas ontologias, ancora-se em abordagens teóricas e metodológicas já consolidadas que, por sua vez, refletem um modelo epistemológico pré-estabelecido e hegemônico. Assim como as relações dos assuntos nos sistemas de classificação são definidas previamente por uma perspectiva teórica, e seus desdobramentos são pré-estabelecidos por cânones e princípios, as possibilidades de inferências das ontologias são igualmente determinadas por axiomas que operam como sentenças verdadeiras. Embora o avanço proporcionado pelas tecnologias de informação tenha promovido um aumento exponencial nas possibilidades de relacionamentos conceituais nos diferentes instrumentos de Organização do Conhecimento, notamos que todos eles operam com base em definições e relações pré-concebidas. Para que uma ontologia, por exemplo, infira algumas instâncias como resposta a uma busca de informação, é necessário que algum axioma seja pré-definido por seus criadores. Ou seja, suas possíveis relações de conceitos, embora altamente sofisticadas do ponto de vista tecnológico, operam, assim como nas classificações, nas taxonomias e nos tesouros, de maneira previamente definida, reproduzindo uma lógica marcadamente estruturalista e formalista.

Diante desse cenário, não é difícil considerar que os SOC, via de regra, operam como verdadeiros dispositivos que consistem em estruturas conceituais que representam e organizam o conhecimento sob a égide de

um discurso hegemônico e autorizado. Mais que isso, a postura que vem sustentando a construção dos SOC é demasiadamente ancorada por um discurso eficientista de recuperação da informação que poucas vezes questiona a sub-representação, o silenciamento e a violência do acultramento vindo quase que exclusivamente de países dominantes e colonizadores, fato que, por consequência, ajuda a perpetuar violências epistêmicas e invisibilizações culturais. Somos, ainda hoje, impelidos a organizar conhecimento com base em definições prévias de categorias, classes, hierarquias, centralidades, territorialidades, estratificações, ou, ainda, por meio de relacionamentos cristalizados por meio de cânones e axiomas. Somos, portanto, capturados por dispositivos que cumprem a função estratégica de serem eficientes ao colonizador, reafirmando e supervalorizando as lógicas vigentes que não foram feitas por nós. Evita-se, com isso, a fuga, o escape, os devires que geram o ineditismo. Tem-se o dispositivo operando com êxito em sua função de controle e governabilidade.

A base estruturante dos SOC é, podemos afirmar, formada por dois componentes: os conceitos e as relações entre eles. Deixaremos a questão dos conceitos para ser discutida em outra oportunidade, que por si só já é um tema fundamental para se buscar a decolonialidade. Nos concentraremos aqui na questão das relações entre os conceitos. Se os conceitos podem ser visualizados, por analogia, como pontos em uma estrutura qualquer, as relações entre eles podem ser vistas como linhas que interligam os pontos, e, nessa discussão, nos interessam justamente as linhas. Posto isso, temos nos SOC linhas que dão formas a relações de diversos tipos: subordinadas-hierárquicas (gênero/espécie e todo/parte), coordenadas – não-hierárquicas (associativas e funcionais), instanciativas (exemplificações) etc. Fato é que todas essas relações são definidas previamente quando da montagem do arranjo de cada SOC e obedecidas quando, salvaguardadas algumas regras, tais arranjos são utilizados. Isso significa dizer que as ordenações, as categorizações, as classificações, as hierarquizações, as territorialidades, os avizinhamentos e as estratificações são predefinidas e cristalizadas em um modelo de representação de conhecimento. Por mais que os pontos (con-

ceitos) possam ser modificados e atualizados e as linhas (relações) possam ser repensadas e rearranjadas, tudo isso acaba por ser resolvido de maneira predeterminada.

Nesse sentido, os SOC acabam operando como um dispositivo que captura, por meio das relações conceituais, o próprio ato de organizar o conhecimento. Com isso, não é descabido afirmar que os SOC inibem a possibilidade do ineditismo e da autonomia, agem de forma implacável contra os devires que podem ocorrer quando da experiência com o próprio conhecimento. A preconcepção das estruturas dos atuais SOC refletem uma cultura arborescente que raramente consegue escapar dos estereótipos ou do caráter previsível da organização do conhecimento. Considerando que organizar conhecimento numa sociedade líquida (Bauman, 2001) e complexa (Morin, 2015) não se limita a seguir formas pré-concebidas, propomos, com base na abordagem rizomática de Deleuze e Guattari, especular uma alternativa para a perspectiva instrumental da Organização do Conhecimento. Propomos, em última análise, abrir espaço para a criação de contradispositivos.

Para isso, perturbaremos, no melhor dos sentidos, a base estruturante dos dispositivos chamados de SOC. Em outras palavras, procuraremos desestabilizar o dispositivo (que coloniza) para criar possíveis contradispositivos (que podem decolonizar).

## **5 RIZOMAS COMO CONTRADISPOSITIVOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Não queremos sugerir que a abordagem rizomática, enquanto possível contradispositivo, não será por vezes composta por coisas ditas e não-ditas ou, talvez, por alguns elementos semelhantes aos que existem nos dispositivos relatados por Foucault e Agamben. Tampouco queremos ingenuamente afirmar que esse contradispositivo se libertará de uma vez por todas das redes e estratégias que nos capturam. Não procuraremos equivo-

cadamente num gesto de mera oposição sugerir que um dispositivo possa virar um contradispositivo se alguns ajustes de enfoque forem realizados, como se uma simples negação fosse capaz de fazer um dispositivo operar de modo adequado.

Agamben (2009) já foi esclarecedor ao afirmar que é o dispositivo que nos captura, e não o contrário – nem tentaremos aqui em vão persuadir o leitor e a leitora de que teríamos alguma espécie de controle sobre os dispositivos. O que pretendemos, mesmo que em nível especulativo, é criar uma ideia de que os rizomas podem ‘estrategicamente’ operar como uma espécie de contradispositivo. E fazemos isso, porque entendemos que para construir um instrumento-ferramenta como contradispositivo não basta substituir seus elementos de captura por outros, mas sim livrá-los de seus caracteres de previsibilidade e determinismo que, até o momento, parece ter acolhido somente o colonizador.

Acreditamos que esforços que trabalham para aperfeiçoar ou atualizar os elementos que já existem, contribuem muito mais para a sofisticação do dispositivo do que para seu rompimento. Ou seja, tal postura ajuda a consagrar ainda mais o que já está consagrado enquanto dispositivo. Como dito anteriormente, investimos aqui na ideia de profanar o que está consagrado, mas não como mera arbitrariedade e teimosia, sim como proposta de restituir ao uso comum.

Consideramos que se as relações conceituais que formam os instrumentos que pretendem organizar o conhecimento não forem dadas de antemão, estrategicamente as funções de orientação, disciplinarização, ordenação, controle, captura e modelização, que marcam um dispositivo, perderão, em grande medida, seus efeitos. Assim, a não definição prévia das relações que compõem o instrumento, ou seja, a imprevisibilidade de seus elementos e relações, pode enfraquecer de maneira importante o dispositivo colonizador.

Para isso, adotamos como horizonte teórico a ideia-imagem de rizoma desenhada por Deleuze e Guattari (2014). O rizoma de Deleuze e



Guattari é uma metáfora para a concepção de uma nova abordagem epistemológica que pode servir tanto à Filosofia, à Política e à Sociologia, quanto à Linguística, à Psicanálise e à Educação. Aqui, trabalharemos a abordagem rizomática para ampliar o debate sobre a organização e representação do conhecimento. Trata-se de uma tentativa de romper com os modelos organizacionais vigentes, que refletem estruturas estratificadas que dão contornos nítidos ao pensamento arborescente ocidental, pautado na centralidade e no determinismo prévios. Em outras palavras, procuramos desestabilizar modelos que operam como dispositivos.

Para escapar das previsíveis relações hierárquicas e das limitadas bifurcações representadas nas relações dicotômicas, Deleuze e Guattari (2014) tomam de empréstimo da Botânica o termo rizoma para nomear uma nova imagem epistemológica. O termo se refere a hastes subterrâneas que crescem para qualquer lado e tomam as mais variadas formas de maneira imprevisível. A grama é um bom exemplo de rizoma, assim como os bulbos e os tubérculos. Segundo Deleuze e Guattari (2014, p. 22), “O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos”. De antemão, percebemos na abordagem rizomática uma negação à previsão, tanto no que se referem às formas quanto no que dizem respeito às ligações (conexões).

Os autores caracterizam o rizoma com base nos seguintes aspectos:

*1 e 2 – Princípios de conexão e de heterogeneidade:* Qualquer ponto de um rizoma pode e deve ser conectado a qualquer outro ponto. Os elementos de um rizoma podem pertencer a diferentes grupos semióticos, não se prendendo exclusivamente ao signo linguístico. Podem se conectar elementos muito diversos, como linguísticos, perceptivos, mímicos, gestuais e cognitivos, bem como elementos das mais variadas áreas, como das artes, das ciências, da política e da biologia em uma ou em várias cadeias semióticas. O rizoma, diferentemente da árvore, é antigenealógico (Deleuze; Guattari, 2014, p. 22).

3 – *Princípio de multiplicidade*: “[...] somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto [...] uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 23). Para os autores, a inexistência de uma unidade que sirva como pivô ou como elemento centralizador é uma característica marcante do rizoma. Trata-se de um múltiplo em constante movimento e transformação. O rizoma possui tão somente determinações, grandezas e dimensões que se modificam ao crescerem.

4 – *Princípio de ruptura assignificante*: “Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 25). Todo rizoma possui linhas de segmentaridades, que dão forma a estratificações, territorialidades, organizações, significados e atribuições, mas é rompido por linhas de desterritorialização que escapam constantemente. O rizoma não tem nem início nem fim, ele apenas se move e ganha velocidade por meio de linhas de fuga e de movimentos de desterritorialização e desestratificação. Isso não significa dizer que não haverá no rizoma articulações, segmentaridades, estratos e territorialidades, porém esses se moverão constantemente por meio de conexões e rompimentos imprevisíveis.

5 e 6 – *Princípio de cartografia e de decalcomania*: Diferentemente da árvore ou da raiz-pivotante ou fasciculada (representações metafóricas de Deleuze e Guattari para relações centralizadas e dicotômicas), o rizoma não é decalque, é mapa.

Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real [...] O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. (Deleuze; Guattari, 2014, p. 30).

Assim como o mapa, o rizoma tem múltiplas entradas e múltiplas saídas. Provavelmente, a comparação que Deleuze e Guattari fazem entre o rizoma e o mapa se refere ao caráter de construção e reconstrução constantes, ou seja, à característica de não fechamento de ambos. Diferentemente do ato de decalcar, em que os contornos se fecham e dão formas definitivas, o “mapear” respeita a não previsibilidade da experiência real.

Após apresentarem as características do rizoma, Deleuze e Guattari (2014) intensificam suas oposições ao pensamento hierárquico afirmando que “O pensamento não é arborescente e o cérebro não é uma matéria enraizada nem ramificada” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 34). “A árvore e a raiz inspiram uma triste imagem do pensamento que não para de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou segmento” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 35).

No contexto da Organização do Conhecimento, parece ainda que os SOC não conseguiram escapar da reprodução de um pensamento hierarquizante e/ou centralizador baseado em determinações pré-concebidas. Olson (2001) já destacou o fato dos sistemas classificatórios vigentes até hoje no mundo ocidental serem ainda dependentes da rigidez hierárquica e da lógica de diferenciação pautada exclusivamente no binômio semelhança-diferença, que, na tentativa de promoverem formas universais de representação do conhecimento, acabam ignorando questões culturais fundamentais como, por exemplo, o fato de que semelhanças e diferenças podem variar radicalmente em culturas distintas. A autora, de certo modo, nos coloca diante do desafio de criar formas de representação do conhecimento que escapem das já consolidadas e notadamente limitadas noções ocidentais de hierarquização e diferenciação, evidenciando a necessidade de se criar instrumentos que respeitem o relativismo cultural.

Essa perspectiva de Olson (2001) converge com ideia de Mai (2011), para quem, num contexto de modernidade tardia, o trabalho do classificacionista deveria se aproximar mais da realidade social contemporânea que, por sua vez, está cada vez mais afastada das armadilhas dos universalismos rígidos.

Outra tentativa de se desvencilhar da tônica estruturalista e determinista proporcionada pelos esquemas classificatórios, que vigoram na cultura ocidental, é encontrado nos trabalhos de García Gutiérrez (2007, 2018), em que o autor trabalha o conceito de desclassificação. Aderente à perspectiva pluralista da sociedade contemporânea e crítico severo da lógica hierárquica na qual nos inserimos, García Gutiérrez (2007) traz em sua desclassificação a alternativa de reconhecermos e aceitarmos em nossas representações conceituais a lógica da contradição.

Provavelmente o trabalho mais declaradamente empenhado em combater o engessamento estrutural das formas de representação do conhecimento na área da Ciência da Informação na atualidade seja o livro de García Gutiérrez publicado em 2007, intitulado “Desclassificados: pluralismo lógico y violència de la clasificación”. Nele, o autor propõe uma contraposição à epistemologia classificatória dominante no ocidente, apresentando um modelo alternativo para se pensar as representações conceituais, que o autor denominou de epistemografia. Podemos afirmar que o fio condutor desse novo modelo, que se vê na obrigação de compreender ou, ao menos, aceitar os relativismos e as mobilidades culturais, é o princípio da contradição.

Para García Gutiérrez (2007), a contradição não significa mera oposição, em que um conceito tem de ser necessariamente negado por seu oponente, como na relação pura e simples do claro-escuro, em que uma coisa ou é clara ou é escura. A contradição, segundo o autor, abriga também relações que podem ser complementares em vez de excludentes, como, por exemplo, o dia pode estar claro e ao mesmo tempo estar escuro se observado de outra maneira. Com a lógica pluralista e com o princípio da contradição, o autor parece querer abrir espaço para afirmações que não obedecem às lógicas determinísticas preestabelecidas pelo pensamento hierárquico arborescente. Assim, dá lugar a um modelo que não necessariamente nega a existência das classificações orientadas pela epistemologia dominante, mas promove a existência incômoda de uma desclassificação orientada pela epistemografia, ou seja, orientada por um modelo teórico-metodológico

mais móvel, mais plural e mais condizente com a heterogeneidade cultural do cenário atual.

É possível afirmar que o modelo epistemográfico de García Gutiérrez guarda fortes relações com o aspecto cartográfico (mapear) do rizoma de Deleuze e Guattari, uma vez que ambos parecem querer contemplar o caráter móvel, indefinido, sem contornos nítidos, marcadamente plural e em constante construção das relações possíveis. De especial maneira, ambas as perspectivas parecem direcionar a atenção à experiência real, em oposição à experiência ideal. Todas essas perspectivas, que tornam justas as buscas por representações mais plurais e mais condizentes com a sociedade atual, encontram espaço de interlocução na contemporaneidade definida por Agamben (2009). Para o filósofo italiano, ser contemporâneo não consiste necessariamente em aderir às coisas de seu tempo ou se revestir dos traços que o identifica como pertencente ao seu tempo, mas sim lançar luz àquilo que seu tempo ainda não iluminou. Ser contemporâneo, para Agamben (2009), consiste em buscar incessantemente o não-vivido, aquilo que foi ofuscado pelas luzes do presente, o inédito. Consiste em criar possibilidades ainda não experimentadas.

Em sociedades marcadas pelo traço colonizador, possibilidades ainda não experimentadas podem ser possibilidades de decolonização. Por isso, buscamos no caminho cartográfico promovido pela abordagem rizomática meios para decolonizar o aspecto instrumental da Organização do Conhecimento. E faremos isso ponderando veementemente que rizomas podem ser construídos em ambientes digitais de modo a dar vez a uma ferramenta de Organização do Conhecimento decolonial.

Antes de expor nossa experiência teórica, é importante considerar que há um aspecto enunciado por Dahlberg (1993, 2006, 2014) que parece não ter sido ainda explorado totalmente, notadamente aquele que diz respeito a outra função da Organização do Conhecimento. Quando a autora reivindica uma autonomia à Organização do Conhecimento, alegando que os esforços de se organizar sistematicamente o conhecimento são de

interesse das mais variadas áreas, tais como educação, economia, indústria e política, ela nos mostra que essa empreitada não se resume ao pragmatismo de se recuperar informação em sistemas informacionais, nem se resume a dar conta das necessidades de se organizar e recuperar documentos.

Por essa razão, a autora foi categórica ao afirmar que a Organização do Conhecimento, enquanto campo autônomo, não poderia se prender exclusivamente ao universo documental, biblioteconômico e informacional, pelo contrário, deveria dele se desligar para alcançar sua real função - conceber formas de se organizar os mais variados conhecimentos nos mais diversos campos do saber.

Para Dahlberg (1993, 2006, 2014), todo e qualquer sujeito aprendiz deveria ter interesse em dispor de meios para organizar sistematicamente seus conhecimentos e assim acessá-los, mas não necessariamente em bases documentais ou unidades de informação, e sim em um sistema conceitual abstrato e organizado. Entretanto, ao buscar tais formas de organização do conhecimento, Dahlberg se deteve aos princípios classificatórios aristotélicos e a concepções de caracterizações e definições de conceitos. Definitivamente, não é este o caminho aqui vislumbrado.

Porém, a perspectiva de que podemos servir à função de proporcionar meios de se organizar o conhecimento a despeito do utilitarismo da recuperação da informação em sistemas informacionais é algo que nos interessa. Nos inspiramos justamente nessa perspectiva para promover uma Organização do Conhecimento que proporcione meios de se saber mais, como que uma criança organizando suas ideias, seus pensamentos e seus conhecimentos, estabelecendo incessantemente suas associações e conexões.

Tomemos, por exemplo, um conjunto limitado de objetos digitais (termos, textos, áudios, imagens, vídeos, hiperlinks etc.) provenientes de bases de dados on-line e gratuitas. Com tais objetos podemos construir um ambiente digital que proporcione um conjunto difuso de atributos que “apontem” para os objetos; esse conjunto não terá fronteiras nítidas, mas difusas, podendo encolher e expandir à medida que mais objetos vão sendo

encontrados e relacionados. O que estamos dispensando é uma estrutura prévia de relações entre objetos. Essa “dispensa” de uma estrutura prévia de relações entre objetos, que possibilite um conjunto difuso (sem nitidez) de atributos que apenas apontam para objetos, pode ser a chave para nos aproximarmos da lógica rizomática.

Assim, as relações serão reveladas na medida em que o ambiente for explorado. Quanto menos previsão, mais rizomático será. Quanto mais houver a possibilidade de expansão e encolhimento indefinidamente, mais próximo do rizoma estaremos.

Ao utilizarmos, por exemplo, o *Unity* (<https://unity.com/>), programa que tradicionalmente é utilizado para a criação de videogames, temos condições de preparar e desenvolver um ambiente digital capaz de viabilizar a construção do rizoma. Temos várias ferramentas úteis para o desenvolvimento de rizomas já integradas ao próprio *Unity*, fazendo com que não precisemos nos preocupar com fundamentos como câmeras, renderizadores de objetos 2D e 3D, interfaces básicas etc. Assim, os códigos de programação a serem utilizados na construção de um rizoma podem ser de nossa autoria se, por exemplo, empregarmos uma linguagem de programação multiparadigmática como o *C#* (*C sharp*), e isso se deve a dois motivos principais: a) a *C#* possui uma excelente integração com o *Unity*, e; b) *C#* é uma linguagem de programação orientada a objetos, fato que converge com as propriedades que um rizoma necessita ter.

O uso de um programa de construção de games (como o *Unity*) atrelado a uma linguagem orientada a objeto (como o *C#*) torna possível, por exemplo, a elaboração de uma abstração autônoma de conhecimentos, em que um grupo de atributos, métodos e relações são tratados individualmente, como uma única unidade (objeto).

Nesse sentido, percebemos um espaço perfeitamente capaz de trabalhar relações entre objetos e conceitos sem o estabelecimento prévio de conexões pautadas em características ou qualquer outro tipo de ordenação. Um espaço que se aproxima muito mais do imprevisível do que das confir-

mações de expectativas. Um espaço cujas estruturas já não são mais estruturas, mas sim formas móveis e nunca acabadas, pois estarão em constante movimento e construção; construção colaborativa, plural e indefinida. Se as possibilidades trazidas pelos softwares de construção de games permitem formas indeterminadas de relações entre objetos digitais, estamos potencialmente próximos da concretização de rizomas. Esse cenário sugere que tecnologias para tal experiência rizomática já existe.

Se retomarmos os princípios do rizoma, entenderemos que o universo dos games pode sim viabilizar a construção de rizomas:

*1 e 2 - Princípios de conexão e de heterogeneidade:* um computador dotado por um software de elaboração de games e de uma linguagem de programação multiparadigmática orientada a objetos permitirá conexões entre objetos digitais heterogêneos;

*3 – Princípio de multiplicidade:* objetos provenientes de cadeias semióticas distintas (textos, imagens, vídeos etc.) e suas relações incessantes formam multiplicidades;

*4 - Princípio de ruptura assignificante:* softwares de construção de games, como o *Unity*, são capazes de acolher as relações estabelecidas sejam elas quais forem, não descartando incertezas, ruídos, brechas e/ou linhas de fuga;

*5 e 6 - Princípio de cartografia e de decalcomania:* a construção de um ambiente digital pautada na experiência e no uso que se faz do programa, a fim de mapear relações que podem ser alteradas constantemente, dialoga expressivamente com este princípio rizomático. A própria experiência de uso dos softwares de construção de games para desenvolver rizomas já é uma espécie de cartografia de relações possíveis.

Diante disso, podemos ver nos programas de construção de games um atalho para a construção de rizomas. Se as exigências para ser rizoma



são conectividade, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura e cartografia, é possível afirmar que os citados programas as atendem potencialmente.

Quais as vantagens de ferramentas dessa natureza, e como elas podem ser consideradas contradispositivos decoloniais à Organização do Conhecimento?

A perda da exclusividade e da autoridade nas tomadas de decisões quanto às relações estabelecidas entre os objetos, uma vez que as relações serão criadas colaborativa e horizontalmente pelos próprios utilizadores (leigos ou especialistas) do rizoma, amplia as chances de um número plural de perspectivas culturais habitarem e preencherem o espaço rizomático. A interculturalidade, de certa forma, infiltrar-se-ia de dentro para fora, de fora para dentro e de todos os lados, permeando toda a existência e funcionamento do rizoma. A imprevisibilidade das relações aliada à não exclusividade de quem as definem pode ser um caminho para um contradispositivo.

Estrategicamente, se as relações entre os objetos não são previamente determinadas por saberes exclusivos, o dispositivo fica instável, fragilizado pela falta de controle e de captura. E isso não significa dizer que pessoas deixarão de acessar informações, culturas e conhecimentos, mas, pelo contrário, passarão a experienciar e a vivenciar a informação, a cultura e o conhecimento em um ambiente que é seu, pois decidiram como usá-lo, ou seja, construíram seu próprio instrumento. Restituíram para si o uso comum do instrumento por meio da profanação daquilo que o consagrava como dispositivo. Chamaremos esse ambiente-rizoma, desprendido dos elementos ordenadores do dispositivo, de “contradispositivo”. E ele não rivaliza com os tradicionais SOC por oposição direta, mas sim pelo transbordamento e pela promoção de uma rede mais horizontal, autônoma e imprevisível.

Se a diversidade de culturas, de gêneros, de sexualidades, de etnias, de origens e de regionalidades estiver na própria concepção do instrumento, esse instrumento se rebela contra as ordenações prévias e exclusivas e, assim, estaremos potencialmente diante de um contradispositivo de resistência operando a favor da decolonialidade. O enfrentamento aos dispositivos coloni-

zadores (SOC) pode ser mais contundente e lograr mais êxito quando as regras de construção dos dispositivos forem colocadas à prova. Se o dispositivo, como visto, arquiteta o controle e a salvaguarda de uma lógica vigente (do hemisfério norte), o contradispositivo pode abrir fissuras no rígido silenciamento epistêmico e na violenta invisibilização do hemisfério sul. Profanar os consagrados dispositivos pode ser o caminho para visibilizar as epistemes do sul, restituindo, assim, ao uso comum a diversidade dos saberes e a diversidade nos instrumentos que organizam conhecimentos.

Se levarmos tal experiência aos espaços de ensino (que precisam urgentemente de um processo de decolonialidade), temos também no rizoma uma potente ferramenta no que concerne um contradispositivo à Organização do Conhecimento.

De acordo Ferreira e Silva (2015, p. 82), o currículo escolar é “[...] um território epistêmico onde foram plantadas as sementes da árvore do esquecimento, sendo regadas através de práticas curriculares eurocentradas”. Para Miranda (2013), práticas curriculares elegidas pelas instituições de ensino devem ser debatidas como elementos de um mesmo constructo de inspiração, e isso configura um revés para os atuantes nos embates antirracistas e anticoloniais.

Passos e Pinheiro (2021) afirmam que para a emancipação e decolonização de currículos escolares é necessário um ato de insurgência. Os currículos insurgentes devem partir de instituições que se opõem às matrizes hegemônicas do saber, tendo seus currículos direcionados pelos limites teórico-práticos decoloniais.

Com isso exposto, imaginemos crianças do ensino básico construindo, por meio da linguagem dos games, seus próprios rizomas de conhecimento, estabelecendo suas próprias relações entre os objetos (textos, imagens, sons e vídeos), a despeito das classificadas grades curriculares, e com nenhuma instrução ordenadora dada de antemão. Tais crianças estariam estabelecendo conexões de objetos de acordo com suas próprias realidades. Elas estariam organizando suas próprias impressões, seus próprios sabe-

res. Em última análise, estariam potencialmente organizando um conhecimento real, sem serem necessariamente conduzidas por lógicas vigentes e cristalizadas por culturas que não são as suas. A chance de termos nessa experiência rizomática uma organização decolonial e intercultural do conhecimento nos parece grande e promissora.

Acreditamos que profanar os dispositivos colonizadores pode ser um caminho libertador e favorável à construção de contradispositivos decoloniais no espaço próprio da Organização do Conhecimento. Ou seriam organizações dos conhecimentos?

## **6 CONSIDERAÇÕES**

Nos inspiramos no conceito de dispositivo de Foucault e Agamben para argumentar a favor da construção de seu potencial inimigo – o contradispositivo. Nosso experimento teórico explorou a abordagem rizomática como um contradispositivo, que não apenas se opõem ao dispositivo, mas o confunde, o perturba, o desgoverna. Ao se desvencilhar das amarras ordenadoras e preestabelecidas que operam para a colonialidade, abre-se espaço para um devir intempestivo que pode interferir nos instrumentos que organizam conhecimentos, de forma a resistir ao próprio processo colonizador.

Nos inspiramos também em Natalia Cardona para habitar o espaço da interculturalidade e criarmos nossa abordagem libertária em busca do combate à violência epistêmica, ressaltada por Gaytán Zamudio, que são reforçadas pelos dispositivos que nos disciplinam com vozes hegemônicas. Introjetar a interculturalidade nos instrumentos que organizam conhecimento requer abrir fissuras em todas as bases que ajudam a consolidar os dispositivos que nos colonizam. Para isso, apostamos na profanação do consolidado dispositivo-SOC para fazer existir uma resistência em prol de um processo decolonial na Organização do Conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? *In*: AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 27-51.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/30158>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: LARA, M. L. G.; SMIT, J. (org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010. p. 85-103.
- BRASCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. *In*: Jaime Robredo; Marisa Brascher (org.). **Passeios no bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília, DF: IBICT, 2010. Cap. 8, p. 147-176. (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC).
- CAFÉ, L. Terminologia: aplicação do (re)modelo de Simon Dick. *In*: FAULSTICH, E; ABREU, S. P. de. (org.). **Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia: cooperação internacional: Brasil e Canadá**. Porto Alegre: UFRGS, Intitututo de Letras; NEC, 2003. p. 59-82.
- CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Rio de Janeiro: Eduff, 2001.
- CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Taxonomia e Classificação: o princípio de categorização. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, ago. 2008. Acesso em: 17 jul. 2014.
- CARDONA, N. D. Ciencia de la información para qué y para quién? aproximación a los paradigmas de la ciencia de la información en el contexto universitario. *In*: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. da. **Epistemologias latino-americanas na biblioteconomia e ciência da informação: contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis: Rocha (Selo Nyota), 2020. p. 45-71.
- COMAROMI, J. P. **The eighteen editions of the Dewey Decimal Classification**. Albany, NY: Forest Press Division, Lake Placid Education Foundation, 1976.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 20, n. 4. p. 211-222, 1993.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 33, n. 1. p. 11-19, 2006.

DAHLBERG, I. What is Knowledge Organization? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 41, n. 1, p. 85-91, 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. *In*: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2. ed. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2014. v. 1, p. 17-49.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

EATON, T. **The development of classification in America in the role of classification in the modern American library**. Champaign, Illinois: University of Illinois, 1959.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2010. p. 243-276.

FERREIRA, M. G.; SILVA, J. F. Brasil/África: unidos pelo Atlântico, separados pelo currículo escolar? *In*: PEREIRA, José Alan da Silva; COSTA, Fátima Batista da (Org.). **Saberes Múltiplos**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2015. p. 79-102.

FOSKETT, A.C. **A abordagem temática da informação**. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono; Brasília, DF: Ed. UnB, 1973.

FUJITA, M. S. L. *et al.* (org). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Ed. da UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GÁLVEZ GONZÁLEZ, D. Antropología y política en Edward Said y Stuart Hall. *In*: Verónica Renata López Nájera (coord.). **De lo poscolonial a la descolonización**: genealogías latino-americanas. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2018, p. 13-27.

GAYTÁN ZAMUDIO, R. M. Violencia epistémica y creación de subjetividades coloniales. *In*: Verónica Renata López Nájera (coord.). **De lo poscolonial a la descolonización**: genealogías latinoamericanas. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2018. p. 28-43.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Em pedazos**: el sentido de la desclasificación. Madrid: Asociación Cultural y Científica Iberoamericana, 2018.

GRACIOSO, L. S.; SALDANHA, G. S. **Ciência da informação e filosofia da linguagem**: da pragmática à web pragmática. Araraquara: Junqueira & Marin, 2011.

HODJE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries**: beyond traditional authority files. Washington, DC: Council on Library and Information Resources, 2000.

- KRENAK, A. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- LA MONTAGNE, L. E. **American library classification**: with special reference to the Library of Congress. Handen: The Shoe String Press, 1961.
- LEIDECKER, K. F. **Yankee teacher**: the life of William Torrey Harris. New York: ThePhilosophical Library, 1946.
- MAI, J. E. The modernity of classification. **Journal of Documentation**, London, v. 67, n. 4, p. 710-730, 2011.
- MIRANDA, C. Currículos decoloniais e outras cartografias para a educação das relações étnico-raciais: desafios político-pedagógicos frente a lei nº 10.639/2003. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 5, n. 11, jul./out. 2013. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/31e86d6e-3ee5-4e17-94f6-c5fd96fd18bb/>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- OLSON, H. Sameness and difference: A cultural foundation of classification. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 45, n. 3, p. 115-122, 2001
- OLSON, H. A. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. Tradução de Márcia Regina Silva. **InCID: Revista de Ciência da Informação e da Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n.1, p. 3-15, jan./jun. 2011.
- PASSOS, M. C. A. O currículo frente à insurgência decolonial: constituindo outros lugares de fala. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 12, n. 39, p. 196-209, jan./jun. 2019.
- PASSOS, M. C. A.; PINHEIRO, B. C. S. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 118-138, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/43442/24907>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- SALES, R. **Tesouros e ontologias sob a luz da Teoria Comunicativa da Terminologia**. 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- SALES, R; CAFÉ, L. Diferenças entre tesouros e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 99-116, jan./abr. 2009. Disponível em <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/646/541>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SILVA VIANA, J.; MOURA, M. A. Epistemologias comunitárias: arquivo e performatividades na arte contemporânea de autoria negra. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)*, 21., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2019.

VICKERY, B. C. **Classificação e indexação nas ciências**. Tradução de M. C. G. Pirolla. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. 274 p. (Coleção biblioteconomia, documentação, ciência da informação da informação).

WIEGAND, W. A. **Irrepressible reformer**: a biography of Melvil Dewey. Chicago: American Library Association, 1996.

WIEGAND, W. A. The Amherst Method: the origins of the Dewey Decimal Classification scheme. **Libraries & Culture**, Austin, v. 33, p. 175-194, Spring. 1998.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FERREIRA, M. G.; SILVA, J. F. Confluências entre a pedagogia decolonial e a educação das relações étnico-raciais: elementos de uma práxis curricular outra a partir das contribuições de Franz Fanon e Paulo Freire. *In: GARCIA, Maria de Fátima; SILVA, José Antonio Novaes da. (Org.). Africanidades, afrobrasilidades e processo (des) colonizador*: contribuições à implementação da Lei 10. 639/03. Recife: Editora UFPB. 2018. Cap. 3, p. 74-113.

SILVA, F. C. G. Perspectivas críticas e epistemologias negras na biblioteconomia. *In: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. Epistemologias latino-americanas na biblioteconomia e ciência da informação*: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha (Selo Nyota), 2020. p. 73-117.

SILVA, A. P. Saberes tradicionais Tupi: estar junto, aprender, Nhembojera. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 39, n. 109, p. 379-396, set.-dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/5pxCkCGNp7B9QBdCTKPLFQM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.